

# A formação científica do pensamento social da modernidade<sup>1</sup>

Por: Evandro Prestes Guerreiro<sup>2</sup>

## RESUMO

Pensar a questão social é muito mais que refletir sobre a causa ou o problema social. Antes de tudo implica a busca de argumentos filosóficos e fatos sociais da realidade que não apenas represente aspectos específicos de um contexto que se possa entender como sociológico, como também, dimensões de uma observação científica capturada a partir do olhar crítico e criterioso da pesquisa social. Obviamente que abordar um assunto como este na atualidade é tão importante como instigante: se a questão social é base do desenvolvimento de qualquer sociedade, considerando que os avanços da modernidade se voltam para a qualidade de vida do ser humano, então, qual o motivo da exclusão social ser um assunto tão presente na atualidade? Perceber como a questão social se transforma em tema principal de uma teoria científica e embasa o pensamento sociológico sobre as contradições histórico-sociais da civilização humana é o foco deste trabalho.

**Palavras-Chaves:** Sociologia 1. Social 2. Ciência 3. Conhecimento 4. Sociedade 5.

## 1. A Origem do Homem e o Darwinismo Social

Qual a origem do homem? Como surgiu a sociedade? Qual a gênese das normas e regras que regem a vida? Estas questões são foco da ciência moderna e desde os tempos mais remotos os estudiosos procuram reunir informações que melhor respondam a tais indagações. Porém, a ausência de conhecimentos mais elaborados e melhor sistematizados com argumentos menos absurdos que reescrevessem a lógica hegemônica do pensamento religioso, acabou fazendo emergir o pensamento social que colocou em questão a origem do homem, a partir do ponto de vista divino pregado pela Bíblia sagrada, conduzindo estudiosos para as mais profundas

---

<sup>1</sup> Artigo escrito especialmente para a disciplina Ciências Sociais ministrada nos cursos de Direito, Propaganda e Marketing, Letras e Ciências Contábeis na Universidade Paulista – UNIP, em Santos-SP, 2º semestre de 2009.

<sup>2</sup> Doutor e mestre pela PUC-SP. Cientista social. Professor titular e coordenador auxiliar do curso de Administração (diurno) na Universidade Paulista – UNIP, em Santos. Avaliador institucional e de cursos de graduação pelo MEC. Examinador do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento. Autor de diversos livros, com destaque para Cidade Digital – Inoclusão Social e Tecnologia em Rede (São Paulo: Senac, 2006). Diretor da e-Social Brasil ([www.e-socialbrasil.com.br](http://www.e-socialbrasil.com.br)). <http://evandroprestesguerreiro.zip.net>

análises e experimentações que levaram à construção de hipóteses das mais variadas, mas, sem conseguir uma explicação aceita como lei científica. O que não quer dizer que o pensamento elaborado até o presente momento possa ser desprezível; Pelo contrário, tornou-se a principal contribuição para a formação do pensamento sociológico, vindo especialmente pelas idéias de Francis Bacon (1561-1626), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Saint-Simon (1760-1825), Auguste Conte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), Frederick Engels (1820-1903), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), para citar alguns.

A origem do homem é explicada por muitos, mas, podemos simplificar em pelo menos duas teses. A primeira é o criacionismo que procura razões substanciais para dizer que a união divina entre Adão e Eva<sup>3</sup> originou o que conhecemos hoje como civilização humana. Obviamente que foram necessários muitos séculos para que a humanidade chegasse a densidade populacional de mais de 6 bilhões de filhos indiretos de Adão e Eva, que se distribuíram por diferentes povos, tradições, costumes, hábitos, valores, regiões geopolíticas e sócio-econômicas das mais curiosas e instigantes culturas consolidadas por um contrato social de boa convivência e inclusão social que foi sistematizado pelo mundo moderno na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural<sup>4</sup>. Obviamente que demos um salto teórico mais elástico no ponto de vista sócio-histórico, entendendo que o leitor deva ter um embasamento prévio sobre este assunto, uma vez que, o foco de nossa abordagem neste trabalho é a formação científica do pensamento social.

Continuando com as teses, podemos dizer que a segunda grande tese sobre a origem do homem vai ser explicada a partir da complexidade que atingiu o desenvolvimento da civilização humana que fez com que estudiosos em diversas partes do mundo procurassem demonstrar, considerando múltiplas razões, que o homem não se originava da união cristã de Adão e Eva, mas, pelo contrário, partindo dos fatos concretos da realidade que podiam ser mensurados metodologicamente com bases científicas, o pensamento revolucionário de Charles Darwin (1809-1882) demonstrou que todos os seres vivos, incluindo o homem, evoluíram de organismos simples e menos elaborados, para organismos complexos e sofisticados. No caso do homem, o processo evolutivo ocorreu geneticamente, a partir dos símios, chimpanzés considerados mais próximos dos seres humanos, até chegar à formação do homem moderno.

Para Darwin, os seres vivos se transformam continuamente tendo por finalidade seu aperfeiçoamento e a necessidade de garantir sua sobrevivência. Em conseqüência, os organismos tendem a se adaptar cada vez melhor no ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de existência que possibilitam, através da competição natural, a sobrevivência dos seres mais aptos e evoluídos. (COSTA, 1987: 44).

O *darwinismo social*, como foi conhecido o pensamento do estudioso inglês, entendia que “as sociedades mudariam e evoluiriam num mesmo sentido e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estagio inferior para outro superior, em que o

<sup>3</sup> BÍBLIA SAGRADA. Português. (1982). Trad. Centro Bíblico Católico. 34ª ed. São Paulo: Claretiana.

<sup>4</sup> Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. ONU: UNESCO, 2002.

organismo social se mostraria mais evoluído, mais adaptado e mais complexo”<sup>5</sup>. Esta lógica de raciocínio vai influenciar com grande impacto a formação do pensamento social até nossos dias, consolidando o argumento de que o homem em algum momento de seu processo evolutivo, como forma de assegurar sua própria sobrevivência, acabou associando-se ao seu semelhante organizando grupos, tribos e comunidades inteiras com regras e leis de convivência, mas, também com objetivos comuns, como a necessidade de proteção e segurança. Com o tempo, estas comunidades humanas cercaram seus territórios para proteger seus habitantes, seus recursos naturais e suas riquezas.

## 2. A formação do pensamento social: o Contrato Social

Alguns estudos, como o de Thomas Hobbes (1588-1679) entendia que o *homem era lobo do próprio homem* e para evitar a eliminação de um homem por outro, foi preciso criar os contratos e as regras da boa convivência, algo que se desdobrou para a propriedade privada, o contrato social e a organização da sociedade, a partir do Estado.

“O Estado, de acordo com Hobbes é instituído *quando uma multidão de homens concorda e pactua* que qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representá-los (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor como contra ele, deverão autorizar todos os seus atos (do homem ou assembléia de homens), *tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos do restante dos homens*”. (DIAS, 2008: 69).

Hobbes em *Leviatã*<sup>6</sup>, por exemplo, buscava fundamentos extraídos da própria Bíblia Sagrada para se contrapor ao princípio católico apostólico romano de que o *poder civil estaria sujeito ao poder espiritual*. Em seus argumentos ambicionava provar que Jesus Cristo em nenhuma passagem da Bíblia Sagrada estimulou os homens a desobedecerem a seus soberanos civis, mas, pelo contrário, como cita Castelo Branco<sup>7</sup> (2004: 29), a “pretensa declaração de Jesus que comprovaria a falta de jurisdição do poder espiritual para tratar de assuntos temporais revela-se, precisamente, no *Tributo de César*: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (BÍBLIA. Lucas, 21: 25).

Para Hobbes, dessa forma, estaria estabelecido o discernimento entre matéria e espírito, mas, principalmente a certeza de que o indivíduo vivia sob o desejo constante da auto-preservação enquanto ser e, para tanto, buscava reunir os recursos necessários para bancar tal propósito,

<sup>5</sup> COSTA, 1987: 44.

<sup>6</sup> HOBBS, T. 1946.

<sup>7</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. PODERES INVISÍVEIS VERSUS PODERES VISÍVEIS NO *LEVIATÃ* DE THOMAS HOBBS. In Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 23, p. 23-41, nov. 2004

nem que para isso, tivesse de eliminar as situações contrárias a esta determinação, considerando que a realidade não é determinada a priori ou por Deus, como estabelecia a religião. O pensamento sobre a relação entre indivíduo e sociedade é separado neste momento da influência divina e se estabelece como princípio concreto das relações entre os próprios homens e suas regras de convivência social em comunidade, abrindo espaço para outros pensadores continuarem esta linha de estudo.

Segundo Costa, John Locke (1632-1704) compartilhava da idéia de que “a sociedade resultava da livre associação entre indivíduos dotados de razão e vontade<sup>8</sup>” e esta associação originou a sociedade, que por sua vez, decorreu da propriedade privada<sup>9</sup> que demandou a criação do Estado, como regulador e fiscalizador do contrato social. Citando Locke, Dias (2008) aponta que, “para salvaguardar a propriedade, os homens se associam em uma sociedade civil, renunciando à sua própria defesa e ao poder de castigar os delitos contra a lei natural através de um consentimento tácito<sup>10</sup>, abrindo mão na sociedade das faculdades que tinham no estado de natureza, e a partir desse momento a sociedade se encarregará de sua proteção, ditando as normas precisas para o bem da mesma e punindo os infratores. Nesta transmissão de direitos e funções à sociedade, o homem entrega os direitos individuais dos quais gozava em troca dos benefícios, ou em função dos que espera obter<sup>11</sup>”.

O estado natural do indivíduo, segundo Locke é de liberdade e igualdade, mas, contraditoriamente ao princípio os indivíduos são egoístas por buscarem somente os benefícios que assegurem os interesses pessoais o que implica conceder o mínimo de poder ao governante como forma de não comprometer os direitos e a liberdade individual. “O resultado do contrato, para Locke, é o Estado Liberal, que deve exercer um mínimo de funções, garantir o direito dos habitantes e ter um papel de intervenção direta na geração de políticas relativas à economia e ao aspecto social<sup>12</sup>”.

O indivíduo torna-se o foco das principais investigações sobre os fatos da realidade e a formação científica do pensamento social, porém é a *relação entre o indivíduo e a sociedade* que se transformará no objeto de estudo sociológico. Continuando na mesma linha de raciocínio de Hobbes e Locke, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) vai entender que os homens

---

<sup>8</sup> COSTA, 1987: 30.

<sup>9</sup> **Nota do autor:** para Locke todo homem possuía uma propriedade em seu próprio ser, como parte de sua natureza que é sua força de trabalho e somente ele possuía o direito sobre os resultados da ação que envolveria esta propriedade.

<sup>10</sup> **Nota do autor:** o conhecimento tácito é aquele que o indivíduo acumula a partir de duas relações cotidianas e suas vivências adquiridas ao longo de seu desenvolvimento humano-social. Trata-se do conhecimento não-formal (fora da escola e dos registros e documentos considerados científicos). O conhecimento tácito decorre dos relacionamentos interpessoais que embasam o modo de pensar a realidade, uma vez que criamos em nossas mentes, as imagens sínteses dos fatos sociais que nos cercam e nos fazem evoluir enquanto civilização. Este processo nos possibilita compreender e atribuir significados para os fenômenos desconhecidos, não conceituados formal ou teoricamente, independente do domínio da técnica da escrita e da leitura.

<sup>11</sup> DIAS, 2008: 71.

<sup>12</sup> Idem, 2008: 70.

são naturalmente bons, livres e iguais entre si; Porém, com a formação da sociedade e a influência negativa que uma pessoa podia exercer sobre a outra, surge à *corrupção* dos valores naturais do homem, sendo necessária, segundo este filósofo que influenciou fortemente os ideais da Revolução Francesa<sup>13</sup>, a constituição de uma associação que protegesse e defendesse coletivamente as pessoas e seus bens, o que em seu entender poderia ocorrer pelo contrato social<sup>14</sup> como:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece (...). Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparado a seus semelhantes. Quanto aos associados, recebem eles, coletivamente, o nome de povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto participes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado”. (ROUSSEAU, 1987: 32-34).

Observa-se que Rousseau é categórico quando analisa a relação indivíduo-sociedade mediada pelo Estado, enquanto aparato legitimado oficialmente pela participação direta do próprio indivíduo com o objetivo de ordenar, defender, controlar e promover os direitos da cidadania.



Fig. 1: Diagrama do Pacto Social em Rousseau<sup>15</sup>

No estado de natureza prevalece o instinto animal, o princípio da preservação, nestas condições seria impossível a convivência entre os seres, uma vez que o instinto de sobrevivência entraria em conflito constante e um indivíduo eliminaria o outro, sendo necessário o estabelecimento de um pacto social de não agressão à propriedade privada. O

<sup>13</sup> **Nota do autor:** A revolução francesa resultou de um período histórico-social em que o povo Francês em 1789, se sentindo injustiçado pelas constantes situações de exclusão social, cultural, econômica, política e, essencialmente, ético-moral da corte e autoridade do estado monárquico do rei Luis XVI, foi às ruas com o objetivo de tomar o poder, a partir do lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" e tendo como primeiro alvo a tomada da Bastilha, local transformado em prisão para quem discordava ou representava ameaça ao poder absolutista dos reis.

<sup>14</sup> “O objeto primordial do contrato social está em assentar as bases sobre as quais legitimamente se possa efetuar a passagem da liberdade natural à liberdade convencional”. (Rousseau, 1987: 22).

<sup>15</sup> Fonte: <http://academiajuridica.blogspot.com/2007/06/do-contrato-social-rousseau.html>

estado civil, portanto, o contrato social, propriamente dito, possibilita a convivência social e o sentimento de justiça é refinado.

O contrato social, portanto, se tornou um forte aliado do pensamento científico, considerando que o fato social em si passaria a ser visto a partir da observação mais sistematizada, seqüencial, específica e detalhada. O fato social já não mais seria um olhar monotemático-religioso, mas, essencialmente, uma representação factual específica, sujeita ao tempo sócio-histórico. A existência do método de análise da realidade, enquanto representação simbólica da ação concreta passa a influenciar o pensamento filosófico, artístico, político, econômico, psicológico, cultural e social de sua época.

### 3. A formação do pensamento científico social: As regras do Método

O filósofo francês René Descartes (1596-1650), revolucionou a forma e o conteúdo do pensamento ao criar um método científico de análise do fato. A busca por uma base científica para explicar a realidade torna-se a ambição deste filósofo que sistematizou uma lógica de raciocínio que conduziu ao logos (razão): “Penso, logo, existo”, concluiu o pensador. O principal tema analisado por Descartes é a inteligibilidade enquanto aquisição do conhecimento verdadeiro, bem como, a verdade universal desse conhecimento ou a certeza científica da razão, a partir do método e, embasando tal linha de raciocínio na própria matemática. As quatro principais regras do método cartesiano são: 1º Princípio da dúvida/ evidência; 2º Princípio da divisão/ simplificação; 3º Princípio do ordenamento/ enumeração e 4º Princípio da revisão/ exatidão.

1º Princípio da dúvida/ evidência: Para Descartes é a dúvida razoável que inicia a formulação que representará o fato social em si, descrevendo a realidade considerando a lógica do raciocínio de quem observa e critica o mundo em sua volta. O método cartesiano parte do princípio de que não se deve aceitar nenhuma realidade observada como verdade absoluta, sem que as evidências possam qualificar as dimensões possíveis do fato representado por quem observa e critica a situação na qual está envolvido diretamente. Obviamente que estabelecer um olhar tão “a parte” do fato observável requer do observador uma postura e atitude de distanciamento seguro do objeto observado, como forma de evitar o juízo de valor, a precipitação e o preconceito.

2º Princípio da divisão/ simplificação: Descartes observando a complexidade do mundo em sua volta identificou que o observador poderia capturar o universo complexo e dividir em quantas partes fossem necessárias com o objetivo de simplificar o estudo e a compreensão da totalidade. Obviamente que é impossível ao ser humano apreender a realidade em sua plenitude, considerando que sempre haverá algo que escapará ao campo de observação e crítica do sujeito em relação ao objeto observável.

No 3º princípio do ordenamento/ enumeração: Descartes propõe uma seqüência ordenada partindo do mais simples até o mais complexo. Nenhum problema é insolúvel de imediato, mas, provavelmente se você se coloca diante do problema em tese, possui recursos próprios suficiente para entender sua lógica de solução, entretanto sua mente não forjou

completamente a resolução do problema em si, para tanto, você partirá da observação constante e no primeiro momento, fará relação entre o que não conhece sobre o problema e o que conhece sobre problemas anteriores vividos e resolvidos por você. Ao relacionar os problemas, presente e o passado, conseguirá racionalmente criar uma analogia entre os fatos e isto o deixará mais seguro para enfrentar o fato novo do problema vivido no presente.

No 4º Princípio da Revisão/ exatidão: torna-se fundamental que cada caso observado seja submetido a revisões e enumerações, tantas quanto sejam necessárias, até que não permitam qualquer tipo de dúvida sobre o seu resultado ou omitam dados que possam contribuir para a decifração do fenômeno desconhecido, possibilitando assim, que sejam incorporadas como verdades absolutas e universais. Neste caso, os testes de verificação terão que ser exatos e de forma geral, pois, somente assim, com o uso disciplinado do método, todas as coisas com as quais o indivíduo se relacione em seu mundo ou ambiente, poderão ser transformadas em conhecimento. Considerando que a matemática é a linguagem que permite a mensuração dos fatos, conclui Descartes: a verdade poderá ser investigada e examinada, a partir da lógica matemática que será equivalente para qualquer indivíduo.

Entretanto, vale ressaltar que Descartes, não chega a esta sistematização do método sozinho, considerando que o conhecimento científico é forjado socialmente. Para estabelecer a lógica dedutiva como método, parte dos estudos de Francis Bacon (1561-1626), desde o fim do Renascimento<sup>16</sup>. Para Bacon, como situa Costa (1987), “a indução, método que concebia o conhecimento como resultado da experimentação contínua e do aprofundamento da manipulação empírica”<sup>17</sup>, seria a lógica de raciocínio que busca entender as particularidades do fato social, compreendendo suas especificidades e identificando sua origem, para assumir o princípio da verdade universal ou geral, como bem define a Enciclopédia Britânica, “*in logic, method of reasoning from a part to a whole, from particulars to generals, or from the individual to the universal*”<sup>18</sup>. Bacon, com sua lógica de raciocínio indutivo, questiona os dogmas religiosos o que acaba rompendo com as tradições presentes na construção do pensamento da época.

“Para Francis Bacon, por exemplo, a teologia deixaria de ser a forma norteadora do pensamento. A autoridade, que exatamente constituía um dos alicerces da teologia, deveria, em sua opinião, ceder lugar a uma dúvida metódica, a fim de possibilitar um conhecimento objetivo da realidade. Para ele o novo método de conhecimento, baseado na observação e na experimentação, ampliaria infinitamente o poder do homem e deveria ser estendido e aplicado ao estudo da sociedade”. (MARTINS, 1985: 17-18).

<sup>16</sup> **Nota do autor:** Renascimento ou Renascença identifica o período europeu que compreende entre os fins do século XIII e meados do século XVII, ocorrendo múltiplas transformações na vida humana, sendo mais evidente na cultura, sociedade, economia, política e religião. O Renascimento compreende o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, caracterizando a passagem do feudalismo para o capitalismo, além de qualificar uma ruptura com as estruturas medievais.

<sup>17</sup> COSTA, 1987: 36.

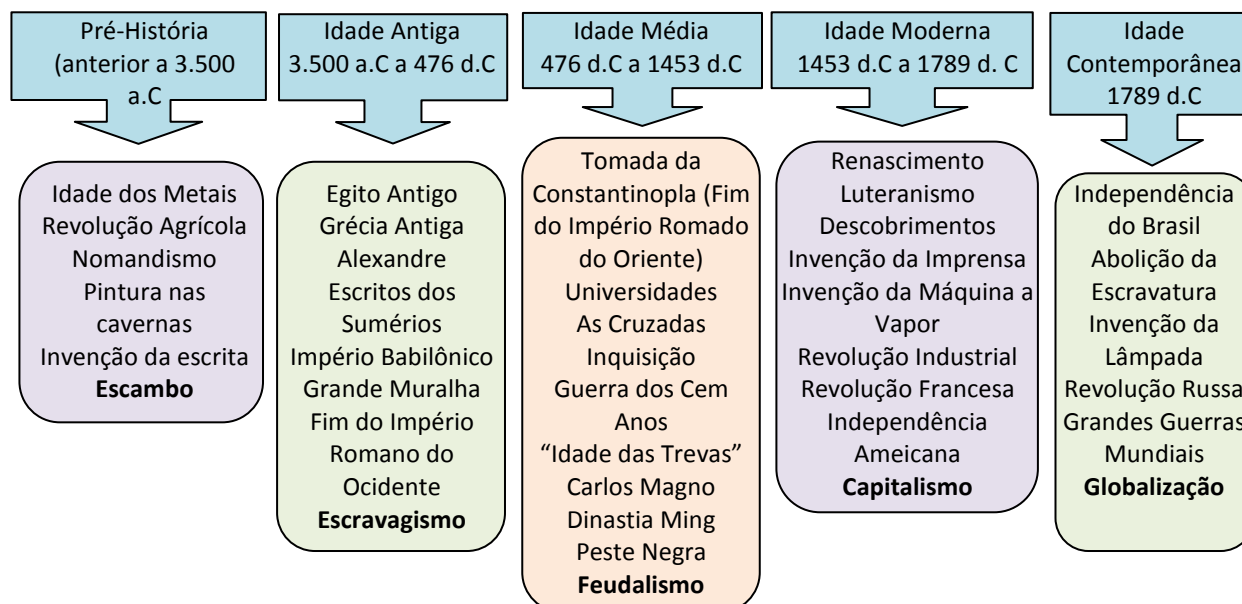
<sup>18</sup> **Tradução livre o autor:** na lógica, método do raciocínio que se faz de uma parte de um todo, dos detalhes particulares para o geral ou do individual para o universal. (consultar definição no site da Enciclopédia Britânica, em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/286724/induction>).

Valorizando a indução como lógica para se chegar ao conhecimento, Bacon estabelece ainda, que se a observação for usada como instrumento técnico, possibilitará ao observador, a identificação das evidências factuais que melhor descreverão a realidade, assim como, o conhecimento enquanto verdade. O pensamento vai migrando progressivamente da explicação dos fenômenos da realidade a partir da visão sobrenatural, religiosa ou metafísica para a crítica racional do fato social, com base na lógica científica do Método de análise da sociedade.

#### 4. A linha do tempo e o Renascimento: O surgimento das Ciências Sociais

O Renascimento que impregna o Século XVI com grande expressão na Europa demarca o território entre a Idade Média e a Idade Moderna. As crenças dogmáticas tidas como verdades únicas são fortemente combatidas e aos poucos vão caindo por terra os argumentos que defendiam a origem do homem em Adão e Eva. Os valores éticos e morais são revistos, a arte se torna a expressão de uma realidade capturada pelo olhar do artista que representa a realidade sintetizada em sua mente, não como uma forma linear, estática, mas, como síntese dinâmica do movimento social.

A ciência social foi forjada dentro da travessia dos modos de pensar o mundo e na tensão do futuro confronto entre evolucionismo e criacionismo. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia revoluciona a transição entre o modo e o meio de produção da humanidade. Para entendermos como a humanidade chegou até o Renascimento é válido observar na linha do tempo<sup>19</sup> os períodos que marcaram o progresso social da civilização humana.



Entre a Pré-História e a Idade Contemporânea a civilização humana passou por muitas transformações sócio-históricas, mas, sem dúvida nenhuma, foi a partir da Idade Moderna, com

<sup>19</sup> **Nota do autor:** Fatos sociais escolhidos a partir do critério do impacto provocado, segundo o olhar do autor, que historicamente representaram momentos de avanços significativos na civilização humana, mas, que também, demarcaram a ruptura entre um ciclo e outro de desenvolvimento.



o final da longa e cinzenta Idade Média, que vivemos as maiores revoluções em nossa vida, de produção, nas tecnologias, na arte, na cultura, nos valores e na formação do homem moderno.

Os pensadores renascentistas buscaram o modo de vida e de pensar dos greco-romanos para criar os argumentos críticos da República e da noção de liberdade humana. As idéias políticas e jurídicas, bem como, o pensamento social e ético das antigas civilizações fundamentaram a noção do Estado Moderno, do Direito Constitucional e Civil, da Engenharia, da Medicina, das Artes em geral e do modo de vida do homem e da sociedade contemporânea, objeto de estudo das Ciências Sociais para compreender a intralógica das complexidades da modernidade.

Para Berger (1978) que procura construir as perspectivas sociológicas, a partir de uma visão humanística, a sociologia não é uma ação, mas, a construção de uma lógica de pensamento que represente a razão de ser do fato social, que instiga a curiosidade e desperta a idéia de mudança e orientação disciplinada das causas existentes entre o social em si e a sociedade como um todo. Berger alerta para a distinção estabelecida pela sociologia, entre os termos social e sociedade:

“Para o sociólogo, *sociedade* designa um grande complexo de relações humanas ou, para usar uma linguagem mais técnica, um sistema de interação (...). Da mesma forma, é preciso definir melhor o adjetivo *social*. Na linguagem comum, pode referir-se a várias coisas diferentes – a qualidade informal de um determinado encontro de pessoas (*isto é uma reunião social, não vamos falar de negócios*), uma atitude altruísta por parte de alguém (*ele demonstra uma forte preocupação social com seu trabalho*) ou, mais genericamente, qualquer coisa derivada de contacto com outras pessoas (*uma doença social*). O sociólogo emprega o termo de maneira mais limitada e com maior precisão, para se referir à qualidade de interação, inter-relação, reciprocidade”. (BERGER, 1978: 36-37).

O pensamento social, a partir do Renascimento se divide em duas dimensões complementares, visto assim, por uma questão de didatismo e melhor compreensão do processo de investigação da sociedade. Na primeira dimensão, existe a situação social apresentada por Berger (1978: 37), citando Max Weber, que “é aquela em que as pessoas orientam suas ações umas para as outras”, na mesma definição, considera a segunda dimensão como decorrente desta, uma que é a “trama de significados, expectativas e conduta que resulta dessa orientação mútua constitui o material da análise sociológica”.

Na modernidade, as Ciências Sociais entendem a questão social a partir dos micro-grupos, considerando que são estes que explicam os macro fenômenos da sociedade. Obviamente que estabelecer esta relação sistêmica entre micro-macro sobre a realidade exige um pensamento complexo sobre o social, algo que os cientistas sociais estão aprendendo a manipular e, portanto, será necessário mais tempo histórico até estabelecer-se uma razoável compreensão sobre a questão, por exemplo, das gangues urbanas, das tribos, das múltiplas manifestações do movimento social, da diversidade, do antixenofobismo, da exclusão social, do etnocentrismo e novos fenômenos emergente que desafiam o observador crítico da sociedade moderna.

## 5. A transição social: Considerações finais

O fim da Idade Média e o início da Idade Moderna foram fundamentais para a formação do pensamento social, pois, na transição entre o Feudalismo, que era um sistema em que o Rei concedia a posse das terras aos grandes senhores e, com isto, formaram a base econômica do Feudalismo que, por definição, nada mais era do que as relações servis de produção. Vale ressaltar que os servos viviam em extrema miséria e, somente com o ressurgimento das cidades e do comércio, os camponeses começaram a comercializar sua produção e comprar suas liberdades, melhorando as condições de vida, do status social e, com o tempo, ocuparam o topo do sistema produtivo. Esta ascensão social enfraqueceu as relações feudais, fazendo emergir uma nova base de produção que teve sua transição conhecida como Mercantilismo.

O Mercantilismo eram práticas e pensamentos econômicos com força entre os Séculos XV e XVIII, criando o sustentáculo do Capitalismo como conhecemos na atualidade. Diferente do Feudalismo que não existia comércio, mas, a troca de produtos, no Sistema Capitalista surge o dono dos meios de produção de um lado e, do outro, o trabalhador que vende sua força de trabalho, como forma de alimentar a incessante busca de produtividade, novos mercados e, claro, a essência do Capitalismo, o lucro.

Na formação do pensamento científico sobre o social foi possível identificar que a maioria dos pensadores que servem de base para a produção intelectual que critica um modo ou outro de produção de uma forma ou de outra esteve a serviço do poder hegemônico de sua época, seja como crítico orgânico, seja como colaborador da própria formação do pensamento burguês da sociedade. O reflexo de tudo é que teremos nos momentos históricos da civilização humana moderna, a filosofia burguesa embasamento a cultura, a economia, a ciência, a arte ou a tecnologia inacessível da Sociedade do Conhecimento.

O Renascimento se encarregou de fortalecer a crença na capacidade ilimitada da criação humana, demonstrada com as grandes navegações e o descobrimento do novo mundo, a reforma nos dogmas religiosos que abriram espaço para as pessoas se preocuparem com as questões materiais e imediatistas. Com tudo, o pensamento sociológico se estabelece com foco de estudo, análise e diagnóstico das contradições sociais humanas, bem como, na busca de solucionar a tensão da modernidade entre o bem estar das pessoas e suas condições sociais.

## 6. Referência Bibliográfica

1. BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas – Uma visão humanística**. 4ª Ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1976.
2. **BÍBLIA SAGRADA**. Português. (1982). Trad. Centro Bíblico Católico. 34ª ed. São Paulo: Claretiana.
3. CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. (2004). **PODERES INVISÍVEIS VERSUS PODERES VISÍVEIS NO LEVIATÃ DE THOMAS HOBBS**. In Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 23, p. 23-41, novembro.
4. COSTA, Maria Cristina Castilho. (1987). **Sociologia – Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna.
5. DARWIN, Charles. (2003). **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. 1 vol., tradução do doutor Mesquita Paul. Portugal-Porto: LELLO & IRMÃO EDITORES.
6. DESCARTES, René. **Regras para orientação do espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
7. \_\_\_\_\_. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes; 1996.
8. DIAS, Reinaldo. (2008). **Ciência Política**. São Paulo: Atlas.
9. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. (2002). ONU: UNESCO.
10. FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. (2009). 2ª Ed. São Paulo: Atlas.
11. GUERREIRO, Evandro Prestes. (2006). **Cidade Digital Inoinclusão Social e Tecnologia em Rede**. São Paulo: Senac.
12. HOBBS, T. (1946). **Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Common Wealth Ecclesiatical and Civil**. London: Mowbray.
13. LOCKE, John. (1963). **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: Ibrasa. (Clássicos da Democracia, 11).
14. MARTINS, Carlos B. (1982). **O que é Sociologia**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
15. ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1987). **Do Contrato Social**. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural. (Os Pensadores).
16. <http://academiajuridica.blogspot.com/2007/06/do-contrato-social-rousseau.html> (Acesso em 28 de julho de 2009).
17. <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Megahist-filos/Descartes/3686y066.html> (Acesso em 20 de agosto de 2009)
18. [http://www.esdc.com.br/CSF/artigo\\_descartes.htm](http://www.esdc.com.br/CSF/artigo_descartes.htm) (Acesso em 20 de agosto de 2009)
19. [http://www.uesc.br/seminarioic/sistema/resumos/09\\_pag280.PDF](http://www.uesc.br/seminarioic/sistema/resumos/09_pag280.PDF) (Acesso em 21 de agosto de 2009).
20. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/48126/Francis-Bacon-Viscount-Saint-Alban-Baron-of-Verulam> (Acesso em 21 de agosto de 2009).
21. <http://plato.stanford.edu/entries/francis-bacon> (Acesso em 21 de agosto de 2009).
22. <http://www.historiadomundo.com.br/> (Acesso em 23 de Agosto de 2009).